

MOROZZO DELLA ROCCA

Projecto: Guerra e Paz
Italiano

É professor de História Contemporânea na Universidade de Roma III. “A Paz – Como saiu Moçambique da Guerra” é o título do seu livro, que reconstrói a história de Moçambique, desde a guerra civil que teve início após a sua independência conquistada em 1975. A obra baseia-se sobretudo nos documentos arquivados na sede da comunidade de Sant’Egídio, incluindo diários manuscritos por Matteo Zuppi e por Andrea Riccardi, membros da equipa de mediadores das conversações de paz.

P: Como começou a interessar-se por Moçambique?

Comecei a acompanhar os eventos de Moçambique em 1976, porque frequentava a Comunidade de Sant’Egídio¹. Foi aí que conheci monsenhor Jaime Gonçalves², arcebispo da Beira, que vinha aqui a Roma à Sant’Egídio. Jantei com ele várias vezes, conversei com ele e apaixonei-me pela situação de Moçambique que era muito peculiar, sendo um País que acabava de ser independente, como muitos outros países africanos, os da colonização francófona, anglófona, anteriormente, mas a independência não significava paz.

P: Em relação à guerra após a independência em Moçambique, o que a determinou e alimentou?

MR: Moçambique caiu numa situação de crise imediatamente após a independência, seja por causa da guerrilha da RENAMO que estava a nascer, seja por causa dos conflitos internos, por razões comerciais e religiosas: A hostilidade da FRELIMO para com a Igreja Católica, a tendência para impor uma linha marxista, a opção de entrada na Guerra Fria³, através do bloco soviético, a tentativa de mudar internamente a sociedade, as colectivizações no campo, o choque com a sociedade tradicional. Muitas foram as razões que criaram uma continuação das tensões e depois esta guerra civil que começou quase sem um período de paz entre a luta de libertação e o período da independência.

¹ A **Comunidade de Sant’Egídio** é uma organização católica fundada em 1968 no bairro de Trastevere, em Roma, Itália, dedicada à caridade, evangelização e promoção da paz.

² **Dom Jaime Gonçalves**, (Nova Sofala, 26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira, Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia. Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

³ **Guerra Fria** é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada "fria" porque não houve uma guerra directa entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear.

P: Quanto ao impacto desta guerra na população moçambicana, o que se tornou irreparável ou irreversível?

MR: Estudei as origens da guerra civil em Moçambique, mesmo se na época não se chamasse guerra civil, pois era considerada uma agressão de bandidos armados contra um Estado legítimo. Mas, hoje, talvez, podemos falar, depois de muitos anos, de guerra civil.

As origens desta guerra civil são duplas: por um lado há uma organização desta guerrilha, que vem da África do Sul, da Rodésia, pois então chamava-se Rodésia, era ainda um país dominado pelos brancos, não era ainda Zimbabwe. Depois havia também a acção dos ex-colonos portugueses, que emigrados, talvez na África do Sul ou na própria Rodésia, organizaram esta guerrilha. Portanto, há toda uma origem interna, pois a FRELIMO considerou a independência como uma revolução, não produziu um país tranquilo que se iria constituindo de forma gradual, como país soberano e independente, passou directamente da luta de libertação, para a qual teve o apoio de todos os moçambicanos, mas a revolução não tinha o apoio de todos os moçambicanos.

A FRELIMO tinha a auréola, o prestígio de ter libertado o país do colonialismo português, mas isto não significava que todos os moçambicanos quisessem uma revolução marxista. Sabemos que o marxismo era uma espécie de gramática do poder para a FRELIMO e podemos ter sobre isso muita compreensão, porque uma classe dirigente nova necessita sempre de uma visão global, uma regra para gerir o poder e naquele momento, talvez para não copiar a política portuguesa, precisava de um novo tipo de política. Mas esta visão marxista levava a FRELIMO a revolucionar o país. Isto significava o desprezo por muitas tradições, significava a rejeição dos chefes locais, dos chefes das aldeias, dos régulos, significava a colectivização das machambas, significava operações como a “operação produção”⁴ que, na prática, era a deportação de milhares de pessoas para fora das cidades e também a morte de muitas pessoas, significava mandar os jovens para Cuba para treino militar e significava também uma identificação entre o partido e o Estado segundo o modelo leninista soviético. Havia conselheiros soviéticos. Tudo isto não era o que a totalidade dos moçambicanos desejava.

Não foi por acaso que dentro da própria FRELIMO tenha havido deserções. Pessoas que tinham partilhado a luta de libertação de forma activa, com sacrifício pessoal, abandonaram a FRELIMO. Sabemos que nas fileiras da RENAMO alguns dos primeiros membros eram ex-membros da FRELIMO que quiseram a descolonização, mas não queriam a revolução, queriam respeito pela sociedade tradicional.

⁴ A **Operação Produção** foi um programa introduzido pelo governo moçambicano em meados de 1983, após o IV Congresso do Partido Frelimo, para realocar as pessoas desempregadas das principais cidades para áreas rurais onde cultivariam alimentos. Em 1982 foi introduzido um cartão de residência para mostrar que um indivíduo tinha o direito de viver na cidade. Na altura em que a Operação Produção foi lançada, as pessoas precisavam de um bilhete de identidade, um cartão de residência e um cartão de trabalho para justificar a sua presença na cidade. A Operação Produção foi lançada após um importante discurso de Samora Machel em Maio de 1983, no qual ele prometeu que as milícias populares, grupos de vigilantes, os Grupos Dinamizadores, a polícia e o exército iriam 'pentear' a cidade para aqueles que não estavam empregados. Em meados de Junho de 1983 foi emitida uma directiva ministerial conjunta, que estabeleceu os procedimentos básicos e as regras básicas para o que equivaleu a uma evacuação em massa dos desempregados. Foi formalmente encerrada em Maio de 1988.

P: Por que considera que no final dos anos 80 o conflito se tornou interno?

MR: Inicialmente a RENAMO goza de muito apoio da Rodésia, da África do Sul, dos ex-colonos portugueses. Sem este apoio acredito que a RENAMO não teria nascido. Podemos dizer que a fase em que a RENAMO é dependente dos apoios externos dura até '84.

Depois há a questão controversa do Acordo de Nkomati⁵ na África do Sul, onde formalmente a África do Sul se compromete em não apoiar mais a guerrilha da RENAMO. Não quer dizer que este compromisso tenha sido cumprido, também porque se na África do Sul os políticos talvez quisessem cortar as relações com a RENAMO, os serviços secretos ou alguns ramos das Forças Armadas continuavam a apoiar a RENAMO, mesmo se em '85-86 é um dado, de facto, que a RENAMO gradualmente se emancipa dos apoios externos.

Nesta altura a RENAMO é já composta na maioria por negros moçambicanos, com uma liderança negra, de '80 para frente. É Dhlakama⁶ que comanda e representa a linha da negritude, usando como empréstimo a palavra de Senghor⁷. A RENAMO consegue obter armas através dos assaltos aos presídios, aos depósitos do exército regular moçambicano. Portanto, emancipa-se também com o fornecimento militar. A este ponto podemos falar de capacidade da RENAMO de continuar a sua guerra, sem apoio externo.

Esta autonomização da RENAMO dos sul-africanos, dos ex-colonos portugueses, pode datá-la por volta de '84-85. Naturalmente, sabemos que já desde '80 a Rodésia se tinha tornado Zimbabwe e portanto, Harare tinha-se tornado um lugar hostil à RENAMO. Já não havia a Rodésia, Ian Smith⁸ não estava mais no poder e logo, a RENAMO dependia apenas da África do Sul para os fornecimento e ajuda. Porém, na realidade, a verdadeira autonomização da RENAMO acontece em meados dos anos '80.

P: Como evolui a necessidade de negociações para a paz?

MR: No processo de paz moçambicano a primeira tentativa séria de encontro, mesmo se à distância, entre a RENAMO e FRELIMO, acontece no Verão de 89, em Nairobi. Os promotores desta tentativa são bispos cristãos – dois católicos, um anglicano, um evangélico, quatro bispos de diversas confissões – que conseguem convencer o

⁵ O **Acordo de Nkomati** foi assinado em 1984 entre o Governo de Moçambique, liderado pelo Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do dito acordo concordaram em: (1) Deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul); (2) Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique). Apesar disto, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da RENAMO prosseguiram com a guerra civil em Moçambique até que em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, apoiado pela Comunidade de Santo Egídio.

⁶ **Afonso Macacho Marceta Dhlakama** (Mangunda, Sofala, 1 de Janeiro de 1953 — Gorongosa, 3 de Maio de 2018) foi um político e militar líder da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), o principal partido político da oposição em Moçambique.

⁷ **Léopold Sédar Senghor** (Joal-Fadiout, 9 de Outubro de 1906 — Verson, 20 de Dezembro de 2001) foi um político e escritor senegalês. Governou o país como Presidente de 1960 a 1980.

⁸ **Ian Douglas Smith** (Selukwe, 8 de Abril de 1919 — Cidade do Cabo, 20 de Novembro de 2007) foi Primeiro-ministro da colónia britânica da Rodésia do Sul entre 13 de Abril de 1964 e 11 de Novembro de 1965 e Primeiro-ministro da Rodésia, depois da Declaração Unilateral de Independência, em 11 de Novembro de 1965, até 1 de Junho de 1979.

presidente – que nesse momento é Chissano⁹ depois da morte de Samora Machel¹⁰ – da necessidade de encontrar a paz para o País, já não apenas com a vitória das armas.

Até ao final de '89 o discurso da FRELIMO foi sempre igual e coerente, no sentido em que afirmava que a rebelião da RENAMO era apenas uma rebelião criminal de bandidos armados com a qual não se podia fazer acordos. A RENAMO não existia nem como sigla, como nome, no discurso oficial de Maputo era apenas um conjunto de bandidos e forças desestabilizadoras, fomentadas pelo exterior.

Portanto, não era possível até 89, no discurso oficial da FRELIMO, algum contacto com a RENAMO. A única possibilidade que era dada aos bandidos armados, a partir de um certo ponto, era a de uma submissão, de uma integração na sociedade moçambicana a título individual. Não se acreditava que a RENAMO pudesse transformar-se num partido político e, portanto, integrar-se na sociedade moçambicana de forma colectiva; podia-se apenas especular sobre eventuais amnistias para indivíduos singulares se tivessem deposto as armas. De resto, o discurso oficial era apontar os rebeldes como criminosos.

Agora o discurso muda. O que se prepara em Nairobi? Vê-se claramente a dificuldade do Estado moçambicano de subordinar a RENAMO do ponto de vista militar. A guerra continua há cerca de doze anos e começam a circular apelos na sociedade civil por uma paz que não se alcance com as armas, pois as armas não são capazes de dar a paz. Apesar da ajuda do exército zimbabueano, apesar da presença de conselheiros da Europa do Leste, apesar da superioridade, do ponto de vista do armamento do exército regular, tudo isto já não é suficiente.

Em meados dos anos 80, o governo controla apenas as cidades. O campo, sobretudo no Centro e no Norte, está nas mãos da RENAMO. Portanto o discurso oficial da vitória militar sobre a RENAMO e da sua criminalização, como único discurso, não funciona, porque a paz não chega, porque a sociedade não aguenta mais esta guerra devastadora. Eram centenas de milhares de mortos, milhões de deslocados internos e externos, o País não aguenta.

Há o pedido por parte de ex-combatentes da luta de libertação de ir além do discurso da FRELIMO, são ex-membros da FRELIMO que o pedem, há os pedidos dos bispos católicos com as três Cartas Pastorais. Com discursos pedem diálogo, encontros, soluções políticas e isto choca o grupo dirigente da FRELIMO e o induz a reflectir sobre a possibilidade de um encontro.

Nairobi o que é? Um encontro parcial, porque na realidade, as duas delegações da FRELIMO e da RENAMO nunca se vêem, nunca estão cara-a-cara, é um diálogo à distância com alguns mediadores que se deslocam de um lado para o outro, entre as duas partes. Fica em Nairobi o discurso oficial do governo que diz: “*Não se pode tratar com os bandidos armados*”. Também em Nairobi a delegação do governo não fala da RENAMO, mas fala sempre de grupos de rebeldes, de bandidos. Porém, na própria capital do Quênia há duas delegações, antes os bispos e depois as autoridades

⁹ **Joaquim Alberto Chissano** (Malehice, Chibuto, Gaza, 22 de Outubro de 1939) é um político Moçambicano, veterano da luta armada da FRELIMO, foi Primeiro-ministro do Governo de Transição e depois da proclamação da independência de Moçambique é nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi o segundo presidente de Moçambique de 1986 a 2005.

¹⁰ **Samora Moisés Machel** (Chilembene, Gaza, 29 de Setembro de 1933 — Mbuzini, Montes Libombos, 19 de Outubro de 1986) Foi membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique liderou a Guerra da Independência de Moçambique como Presidente da FRELIMO e tornou-se o seu primeiro Presidente da República após a sua independência.

políticas do Quênia e do Zimbábwe que se deslocam entre as duas delegações com a função de mediadores.

Nairobi é um falhanço, porque nem a RENAMO aceita as propostas da FRELIMO que são sempre as mesmas: de uma integração, de um cessar-fogo e de uma amnistia e nada mais. Não são o reconhecimento da existência da RENAMO, como sigla de uma formação que também é política; nem a delegação da FRELIMO aceita os pontos políticos da RENAMO que não reconhece alguma legitimidade no governo de Maputo e que acredita que o governo da FRELIMO seja totalmente ilegal, porque nunca baseado no voto popular.

As duas partes, portanto, falam linguagens completamente diferentes e não se encontram “de visu”. Após poucas semanas torna-se claro que em Nairobi não se chegará a nenhum resultado.

Porém, Nairobi é importante porque marca, por um lado, o primeiro reconhecimento por parte da FRELIMO da necessidade de sentir a outra parte e não apenas condená-la como formação de bandidos armados, enquanto marca por parte da RENAMO a primeira tentativa de encerrar com a guerra civil. No fundo ir à mesa negocial significa também para a RENAMO reconhecer não ter a força de ganhar a guerra e, portanto, também a RENAMO tem uma fraqueza e aceita ir a Nairobi.

Nairobi não é uma verdadeira negociação, é um diálogo à distância. Não há mais nada, nunca se encontram, não há apertos de mão. As duas partes desconfiam profundamente uma da outra, cada uma acusando a outra de ser ilegal, criminosa, usurpadora; o discurso fica ainda mais duro entre as partes, mas é uma mudança na linha política do governo e é também uma admissão de fraqueza por parte da RENAMO, que precisa da paz, porque os homens da RENAMO vivem mal, no meio do mato, de forma muito selvagem, se assim podemos dizer.

P: Por que a FRELIMO se declarou Marxista-Leninista em 1977, mas anos mais tarde deixou cair todas as referências ao Marxismo-Leninismo e abraçou a liberalização política e económica?

MR: Penso que entre '84 e '89, a Igreja católica, a Comunidade de Sant'Egidio e também os bispos das confissões protestantes, fazem muito para criar um ambiente de diálogo, mesmo se o diálogo é ainda muito longínquo. A viagem de João Paulo II¹¹, por exemplo, significa o pedido de uma paz negociada. João Paulo II fala continuamente da necessidade da paz na sua viagem de '88. Por respeito ao governo, nunca cita a palavra RENAMO mas fala muitíssimo da paz, como necessidade para todo o povo, a paz que o País quer e isto enquanto o governo continua a fazer um discurso de legalidade, de justiça, preliminar à paz. Ao contrário, João Paulo II coloca o tema da paz à frente. Há pedidos de paz que são feitos nos encontros políticos, por exemplo, quando a Comunidade de Sant'Egidio leva ajuda com navios e aviões nos momentos difíceis de seca nas zonas que necessitam de ajuda e há também encontros

¹¹ João Paulo II ou São João Paulo II; nascido Karol Józef Wojtyła, (Wadowice, 18 de Maio de 1920 — Vaticano, 2 de Abril de 2005) foi o papa e líder mundial da Igreja Católica Apostólica Romana e Soberano da Cidade do Vaticano de 16 de Outubro de 1978 até à data de sua morte.

com ministros do governo onde Andrea Riccardi¹² e Matteo Zuppi¹³ apresentam a necessidade da paz como uma prioridade na política governamental.

Há entendimento. Porém mudar o discurso oficial não é simples. Sabemos que a própria FRELIMO vive uma transformação depois da morte de Samora Machel. Muitas coisas mudam, desde '84: Marcelino dos Santos¹⁴ tinha sido marginalizado do poder e com ele uma ala mais dogmática marxista. Portanto, também a FRELIMO estava a mudar. Assim como estava a mudar o Bloco do Leste, desde '85 temos Gorbachev¹⁵ e, portanto, há um vento novo no mundo comunista.

A FRELIMO está a pensar em criar uma política moçambicana multipartidária, está a pensar em mudar a Constituição. Mas tudo isto ainda está muito “frio”. O que se vê mais na política governamental é a aproximação aos Estados Unidos e aos Países ocidentais.

Temos muitos elementos que podem anunciar uma mudança de cenário. Podemos recordar a viagem de Chissano a Itália, onde todos pedem a Chissano, as autoridades políticas que ele encontra, uma paz negocial. Em Itália estes são os anos de Andreotti¹⁶ que é o homem do diálogo, do compromisso, da mediação. Temos já neste período uma cooperação italiana muito activa com Moçambique dirigida por Mario Raffaelli¹⁷, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, que será depois o protagonista das negociações. Portanto, há um pedido geral que chega à FRELIMO de articular um discurso novo sobre a paz.

P: Como explicaria a expansão da RENAMO ao longo da guerra dentro do território moçambicano? Quais foram os motivos e os problemas mais profundos da RENAMO?

MR: A FRELIMO, na realidade, não queria negociações verdadeiras, queria uma submissão, um voltar das fileiras dos rebeldes para a sociedade civil. O máximo que admitia conceder era um perdão soberano aos combatentes da RENAMO que tinham de voltar para as suas famílias, na sociedade, e adaptar-se à situação, reconhecendo a legitimidade do Estado, nascido em '75. Estado que, naquele momento, era um partido-estado, pois o modelo político era esse.

¹² **Andrea Riccardi** (Roma, 16 de Janeiro de 1950) é um historiador e académico Italiano. Graduado em História Contemporânea pela Universidade de Estudos de Roma III, é notável estudioso da Igreja na Idade Moderna e Contemporânea, bem como fundador da Comunidade de Sant'Egídio.

¹³ **Dom Matteo Maria Zuppi** (Roma, Itália 11 de Outubro de 1950) é um Padre Católico Italiano da Comunidade de Santo Egídio actualmente arcebispo da arquidiocese de Bolonha.

¹⁴ **Marcelino dos Santos** (Lumbo, 20 de Maio de 1929 - 11 de Fevereiro de 2020) foi um político e poeta moçambicano. Foi membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique, onde chegou a vice-presidente. Depois da independência de Moçambique, é o primeiro ministro da Planificação e Desenvolvimento, cargo que deixou em 1977 com a constituição do primeiro parlamento do país (nessa altura designado “Assembleia Popular”), do qual foi presidente até à realização das primeiras eleições multipartidárias, em 1994.

¹⁵ **Mikhail Sergueievitch Gorbachev** (Stavropol, 2 de Março de 1931) é um político e estadista Russo, mais conhecido por ter sido o último líder da União Soviética, entre 1985 e 1991. Durante o seu Governo, as suas tentativas de reforma, tanto no campo político, representadas pelo projecto Glasnost, como no campo económico, através da Perestroika, conduziram ao término da Guerra Fria e, ainda que não tivessem esse objectivo, deram fim ao poderio do Partido Comunista no país, levando à dissolução da União Soviética.

¹⁶ **Giulio Andreotti** (Roma, 14 de Janeiro de 1919 — Roma, 6 de Maio de 2013) foi um Líder do Partido Democrata-Cristão Italiano e foi Primeiro-ministro nos períodos de 1972-1973, 1976-1979 e 1989-1992. Desde 1991 era senador vitalício, por nomeação presidencial.

¹⁷ **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o governo italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a Renamo.

O governo de Maputo não queria conceder mais do que isso, pensava que já a amnistia era uma grande concessão para esses criminosos, que tinham devastado o país. Claro que a questão da violência existia, esta guerra civil foi muito cruel, a violência foi muito alastrada. Falo de centenas de milhares de mortos, de milhões de deslocados, centenas de milhares de órfãos, uma violência que, sendo uma guerra, era fomentada por ambas as partes, talvez com a diferença que a RENAMO matava à faca, para poupar as balas e os soldados das forças governamentais faziam represálias nas zonas suspeitas de ajudar a RENAMO, de escondê-la, com meios mais modernos, mas no fim, a violência era generalizada. Portanto, pensar numa amnistia perante tanta violência, ao governo parecia uma grande concessão.

P: Na sua opinião, que eventos permitiram o caminho para a paz em Moçambique no final dos anos 80?

MR: As negociações pela paz em Roma começam em Julho de '90. O clima no início é bastante favorável e positivo, mesmo se as duas partes chegam a Roma com duas ideias antagónicas: a FRELIMO na pessoa do chefe da delegação que era Armando Guebuza¹⁸ quer o cessar-fogo imediato por parte da RENAMO e só depois disso se podia pensar em conversações políticas. A RENAMO não entende baixar as armas, porque são o seu trunfo negocial, pensando que, uma vez acabados os combates, a FRELIMO fica com as cartas na mão, porque não tem mais nada a pedir.

Apesar desta diferença de programa negocial, onde a RENAMO quer algumas garantias políticas em troca do cessar-fogo e a FRELIMO afirma que quer antes o cessar-fogo e depois as conversações políticas, de qualquer modo não muito definidas, no começo o clima é bastante positivo. Mesmo se, no Verão de '90, exista uma vontade de paz em ambas as partes, não é fácil traduzi-la em acordos precisos, em documentos vinculativos, documentos jurídicos, compromissos concretos. Não é fácil, porque há muita desconfiança, não existe ainda uma linguagem comum entre as duas partes.

No país fica a guerra, fica a propaganda nos *media* moçambicanos sobre os bandidos armados, a RENAMO não é reconhecida senão como uma formação rebelde, militar, criminosa. Não há clareza entre as partes sobre a identidade mútua.

Fica, então, o problema de Nairobi. Para a RENAMO o governo de Maputo é ilegal, ilegítimo, usurpador da vontade moçambicana. Para o governo de Maputo, a RENAMO é uma formação de bandidos e criminosos. Portanto, é necessário um acto de reconhecimento entre as duas partes.

Agora, nós sabemos *a posteriori* que este reconhecimento das identidades das duas partes só acontecerá depois de quinze meses de conversações, com o chamado Preâmbulo. Mas o que há nos primeiros quinze meses antes da chegada do reconhecimento, que é finalmente a compreensão mútua da identidade?

¹⁸ Armando Emílio Guebuza (Murrupula, Nampula, 20 de Janeiro de 1943) foi Presidente de Moçambique entre 2005 a 2015. Juntou-se à FRELIMO em 1963. No Governo de Transição (1974-1975), Guebuza ocupou a pasta da Administração Interna e no primeiro Governo de Moçambique independente a pasta de Ministro do Interior. Foi o Chefe da Delegação do Governo às negociações com a Renamo, em Roma, quando era Ministro dos Transportes. Depois de assinado o AGP – Acordo Geral de Paz, foi nomeado chefe da delegação do governo na Comissão de Supervisão e Implementação do AGP para Moçambique.

Há a tentativa árdua dos quatro mediadores de construir algo de concreto. Nos primeiros quinze meses. Há uma operação mais tangível, mais visível para o povo moçambicano, no sentido da paz: é o acordo sobre os dois corredores.

Estes corredores são dois pedaços de território que do Zimbabwe chegam até ao oceano e levam ao porto, para o escoamento comercial do Zimbabwe. Tudo isto está ligado ao complexo nó político do Zimbabwe que precisa de Moçambique, dos portos moçambicanos, para o seu comércio externo, não querendo passar pelos portos, mais distantes, da África do Sul.

Depois havia a questão da amizade pessoal entre Chissano e Mugabe¹⁹ e da solidariedade de armas entre Mugabe e a FRELIMO e ainda as ajudas mútuas nas guerras de descolonização. Portanto, os soldados do Zimbabwe em medida controversa entre 5.000 e 10.000, combatiam com as forças armadas do Estado moçambicano, contra a RENAMO que nos primeiros meses das negociações em Roma protesta muitíssimo por isso, pois considera uma ingerência militar do Zimbabwe em Moçambique e quer que os soldados do Zimbabwe parem de combater contra a RENAMO.

O compromisso que se alcança é este: são criados dois corredores desde o Zimbabwe, através Moçambique que vão dar ao oceano, mais ou menos com 6 km de largura, e 250 Km de comprimento, um e o outro cerca de 550 km. No total são cerca de 5000 km² de território.

Estabelece-se que os soldados do Zimbabwe se retirem para estes dois corredores, os protejam no sentido de proteger as caravanas comerciais de e para o Zimbabwe e não saiam dos corredores para combater a RENAMO. Estes corredores não devem ser usados pelas forças do Estado moçambicano e pela RENAMO para operações militares. Na prática, são zonas neutras. A existência dos corredores é garantida também por uma comissão de supervisão do acordo que é internacional e que é composta também por representantes da RENAMO e do governo de Maputo.

A comissão é presidida pelo embaixador italiano em Maputo, Incisa di Camerana²⁰ e há também representantes da comunidade internacional. Esta comissão será uma espécie de câmara de compensação durante muitos meses, até à assinatura do acordo de paz, porque a RENAMO e a FRELIMO se acusarão continuamente de violações do acordo dos corredores.

Mas tudo isto não deve ser visto como algo de negativo, mas sim positivo, porque a existência da COMIVE²¹, a comissão sobre os corredores, permite à RENAMO, antes de mais, de ir a Maputo, de estar presente na capital e de ter, portanto, um elemento de diálogo com a comunidade internacional em Maputo, com o governo e permite

¹⁹ **Robert Gabriel Mugabe** (Salisbury, 21 de Fevereiro de 1924 – Singapura, 6 de Setembro de 2019) foi um político que serviu como presidente do Zimbabwe de 1987 a 2017. Teve um papel de liderança na Guerra Civil da Rodésia à frente da União Nacional Africana do Zimbabwe, comandando o país após a guerra, inicialmente como primeiro-ministro, de 1980 a 1987, e depois como presidente com poderes executivos totais até Novembro de 2017, quando foi derrubado por militares.

²⁰ **Manfredo Incisa da Camerana**, (Turim, 1936) Foi nomeado Embaixador de Itália em Maputo em 1990 tando acompanhado as negociações com a RENAMO até às primeiras eleições democráticas em 1994. Trabalhou desde 1987 no Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento no Ministério das Relações Exteriores trabalhou a Embaixada de Itália em Viena de 1983 a 1985, quando foi designado para representação em organizações internacionais, inclusive em Viena.

²¹ **COMIVE** - Comissão Mista de Verificação criada a 1 de Dezembro de 1990 para supervisionar o cumprimento do Acordo assinado em Roma, segundo o qual as tropas Zimbabueanas são confinadas ao longo dos corredores da Beira e Limpopo e a RENAMO compromete-se a não atacar esses corredores.

descarregar a raiva que existe entre ambas as partes. Que haja contínuas contestações na COMIVE, por ambas as partes, não é, na realidade, um grande problema, é uma dialéctica que permite também esclarecer muitas coisas e não manter um rancor à distância. É uma maneira de tornar dialécticos os problemas militares.

De facto, a trégua nos dois corredores bem ou mal se mantém, as violações são poucas, ambas as partes estão atentas a não exagerar nas violações, também perante a comunidade internacional, a não se mostrarem como violadoras deste acordo. Digamos que também para a população moçambicana, os corredores são um alívio, porque muitíssimos moçambicanos vão viver dentro dos corredores, deixando os territórios à volta, uma vez que nos corredores não há guerra, talvez haja fome, mas já não há a morte por violência bélica.

Portanto, os corredores são sinal de esperança, são um sinal de possível acordo entre as duas partes, são algo que dá esperança à sociedade civil e depois, justamente nos primeiros quinze meses de negociações, são a única realização concreta. Porém, os primeiros quinze meses de negociações são igualmente importantes porque em todas as rondas negociais, que têm lugar em Sant' Egidio, Roma, há uma alteração na maneira de falarem, de se entenderem, de se compreenderem entre as delegações, há um conhecimento mútuo entre Domingos²², Guebuza e os outros. Instaura-se uma dialéctica, há um esclarecimento. Antes as duas partes olhavam-se à distância, como se fossem ambas uns monstros e depois são pessoas em carne e osso que se encontram.

A viragem nas negociações dá-se com o chamado Preâmbulo que se alcança após meses de tentativas, mas as negociações não fazem progressos no plano documental, porque não se assinam acordos, excepto o sobre a COMIVE.

As acusações são mútuas: governo acusa a RENAMO de acções militares cruéis e irresponsáveis e com desprezo para o facto de que em Roma se falava de paz. A RENAMO acusa o governo de querer fazer uma nova Constituição, de esvaziar o conteúdo das reivindicações políticas da RENAMO, falando sozinha, unilateralmente, de democracia e de multipartidarismo, quando a RENAMO reivindica ser ela a impor estes temas à política moçambicana. Portanto, diz a RENAMO: *“Não se permita ao governo de fazer uma nova Constituição roubando-nos os temas da democracia, da liberdade, do multipartidarismo, de eleições livres”*.

O governo procede, efectivamente, à redacção duma nova Constituição, porque acredita ser o único legitimado a legislar como quer. A RENAMO pede que as negociações de Roma tenham uma autoridade legislativa, superior a tudo o que é feito pelo Parlamento em Maputo. Há uma actividade supra constitucional, poderíamos dizer. *A nova Constituição faz-se na mesa das negociações, diz a RENAMO, não em Maputo.*

Depois há muitos temas menores, mas estes últimos são os principais pontos de fricção na mesa negocial. Como se podia resolver tudo isso?

Digamos que o acordo do Preâmbulo consiste num mútuo reconhecimento: a FRELIMO aceita que a RENAMO se chame RENAMO. Tenha, portanto, um nome e não sejam mais “bandidos armados”, possa vir a ser uma formação da política

²² **Raul Manuel Domingos** fez parte da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) até ser expulso do partido, em 7 de Julho de 2000. Chefiou a Delegação da Renamo nas negociações de Paz em Roma, quando era Chefe do Departamento das Relações Exteriores da Renamo. De 1994 a 1999, Domingos liderou o grupo parlamentar do RENAMO. Na eleição presidencial de 2004, o político concorreu ao cargo pelo Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD). Em 2013 regressou à Renamo.

moçambicana. Até este momento para o governo de Maputo, a RENAMO não estava habilitada a ser um partido político. Os partidos políticos deveriam ser criados com o consentimento da FRELIMO, em Maputo, com algumas modalidades burocráticas previstas pelas novas leis feitas pela FRELIMO. A RENAMO deveria, num certo sentido, extinguir-se e eventualmente recriar-se como partido, segundo as modalidades previstas pelas novas leis da FRELIMO.

Pelo contrário a RENAMO pretende ser reconhecida directamente como partido político. Esta é a concessão por parte do governo no Preâmbulo: que a RENAMO seja uma formação política e vice-versa a RENAMO reconhece que o governo é legítimo. Portanto, mesmo não tendo tido um consenso popular, através de uma eleição democrática como a entendia a RENAMO, o governo possa fazer leis e administrar o país.

Nesta troca de legitimidade mútua, de reconhecimento recíproco, temos a viragem das negociações. Após este reconhecimento recíproco, as negociações são muito mais fáceis, começam a fazer-se documentos no plano político, sobre partidos, sobre sistema eleitoral. A FRELIMO, com o Preâmbulo, reconhece que o que se assina em Roma não é inferior ao que se legisla em Maputo. Portanto, as decisões dos esperados acordos de paz sejam superiores ao definido constitucionalmente em Moçambique. Neste momento é Roma que faz lei e não Maputo. É a condição sob a qual a RENAMO aceita assinar documentos.

Portanto, a FRELIMO, de facto, para obter o cessar-fogo, aceita que as negociações sejam superiores à actividade parlamentar em Maputo. Depois do Preâmbulo temos uma progressão muito rápida das negociações com a assinatura de acordos sobre o sistema político moçambicano.

Chegamos ao Verão de '92, há muito por fazer: a decisão, por exemplo, sobre como desmobilizar a RENAMO e que significa, de facto, fazer um exército misto com elementos das forças armadas governamentais e com elementos da rebelião da RENAMO. É muito importante a discussão sobre como criar novas forças armadas mistas. Depois teve de se discutir ainda nestas negociações, o que fazer dos serviços de segurança, como devia ser o período de transição desde o cessar-fogo até às eleições gerais políticas.

Depois saberemos que serão necessários dois anos de transição para este processo. Qual é a autoridade que guia esta transição? Sabemos que foram escolhidas as Nações Unidas. Existia o problema das garantias: a RENAMO é faminta de garantias sobre a incolumidade dos seus membros, uma vez entregues as armas, garantias políticas sobre o seu futuro, garantias sobre a regularidade das eleições gerais; depois há o problema dos territórios, sobretudo no Centro de Moçambique e um pouco no Norte, controlados pela guerrilha. A RENAMO não quer dar o controlo dos territórios, que considera seus, ao governo; a RENAMO quer manter a administração destes territórios, pelo menos até às eleições gerais.

Então, acrescentamos, também que existe outro problema, isto é, a RENAMO é pobre, não tem dinheiro e pede um apoio financeiro para o período da transição. Entre outras coisas, a RENAMO insiste numa internacionalização de todo o processo no período de transição. É a RENAMO que quer as Nações Unidas na chefia do período de transição. O governo de Maputo não é favorável a dar o poder às Nações Unidas, quer

chefiar o processo de transição, ou no máximo, ser coadjuvado por algum país africano amigo, o Zimbabwe por exemplo.

Tudo isto está ainda por discutir e estamos no Verão de '92. Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de envolver os dois chefes, Chissano e Dhlakama que estão em Moçambique. Foi criada pelos mediadores uma linha directa de comunicação com Dhlakama que está Na Gorongosa. Naturalmente, é mais fácil para Guebuza comunicar com Chissano através dos canais normais. A diplomacia italiana e outras diplomacias ajudam muito no processo de paz e nestas comunicações com os dois chefes em Moçambique. Isto para acelerar as decisões, para que Guebuza, bem como Domingos, tenham directivas em tempo real de Maputo e da Gorongosa e troquem opiniões em tempo real, sobre o que se deve fazer em Roma. Portanto o processo de paz no Verão de '92 procede, mas há muita carne na fogueira, muito por discutir.

Neste ponto com um consenso parcial dos mediadores esta cimeira entre Dhlakama e Chissano acontece, em Agosto e depois em Setembro. Estes dois encontros entre os dois presidentes, (mesmo se para Chissano, Dhlakama não seja um presidente, é apenas um adversário), têm efeitos agrídoces, podemos dizer, sobre o andamento das negociações. O promotor do primeiro encontro que tem lugar em Roma e do segundo que terá lugar em Gaborone no Botswana é Mugabe, amigo de Chissano, certamente. Mas Mugabe já se tinha encontrado individualmente, sem Chissano, com Dhlakama. Houve um qualquer entendimento entre os dois.

O encontro dos primeiros de Agosto tem lugar em Roma e é facilitado por Tiny Rowland²³ que com a sua multinacional tem interesse pela paz. Tiny Rowland ajuda o encontro, porque tem aviões com os quais leva a Roma, sobretudo, Dhlakama. Praticamente é o táxi dele. Em Roma o começo é uma desilusão para Chissano, porque talvez ainda não tivesse metabolizado o andamento das conversações romanas. Há muitos tempo tinham-lhe informado que a RENAMO tinha colocado na agenda das negociações o cessar-fogo como último ponto. Chissano chega a Roma e pensa obter, diz até publicamente antes de partir, por parte da RENAMO o cessar-fogo, graças a este encontro com Mugabe, que o promove com a sua indubitável autoridade da época.

Mas desde o primeiro *tête-à-tête* que houve, num hotel romano, entre Chissano e Dhlakama, este diz-lhe: *“Não tenho nenhuma intenção de baixar as armas antes de ter esgotado toda a discussão política que consta na agenda, de ter resolvido todos os pontos que ficaram suspensos das negociações”*. Desilusão profunda de Chissano que pensava ter uma resolução, talvez carismática, das negociações.

Dhlakama quer estar sobre os pontos políticos antes de considerar o fim da guerra. Os mediadores, a este ponto, têm que ter êxito no encontro entre os dois líderes, em Roma, e digamos que o compromisso que se encontra é o de colocar uma data limite para o fim das negociações que pressione Dhlakama a tomar decisões, a assumir maior responsabilidade em fechar as várias questões abertas e que, desta feita, satisfaça Chissano que, pelo menos, sabe quando haverá o cessar-fogo. Ao mesmo tempo

²³ Roland "Tiny" Rowland (1917-1998) foi um controverso empresário britânico de alto perfil, lobista corporativo e Chefe do Executivo da Lonrho de 1962 a 1994. Ganhou fama a partir de uma série de ofertas públicas de aquisição para assumir o controlo do Harrods. Era conhecido por seus complexos interesses comerciais na África, a sua proximidade a vários líderes africanos e por sua suposta cooperação com o MI6 no que se refere à política externa britânica pós-colonial em África.

Chissano aceita discutir todos os outros pontos políticos antes do cessar-fogo. Em suma, digamos que existe este compromisso.

Um ponto muito importante que é discutido entre os dois presidentes é a criação de um exército misto comum às duas forças e aqui os mediadores empenham-se muito em alcançar um número aceite pelas duas partes, pelos dois presidentes. O governo queria um exército de 50.000 homens, a RENAMO queria um número muito mais pequeno: de dez a quinze mil. No final, encontra-se um número de 30.000 soldados e isto é também um avanço no discurso negocial do Verão. Mas se neste primeiro encontro entre os dois presidentes não houvesse a intervenção dos mediadores com esta ideia da data limite para as negociações que não é 4 de Outubro, é 1 de Outubro neste momento, seria uma desilusão sobretudo para Chissano e Mugabe.

Depois disso começa-se a trabalhar em Roma sem interrupção e será assim até ao início de Outubro, para a definição dos pontos remanescentes: As garantias do controlo do território, serviços de segurança e autoridades da fase de transição, a polícia e os financiamentos à RENAMO durante a futura campanha eleitoral e sua implantação em Maputo.

O problema do período pós acordos de paz e, portanto, a participação da RENAMO nas várias comissões da transição será também aquele de dar à RENAMO a possibilidade material logística de participar. O motivo principal do atraso da RENAMO em participar nas comissões era a falta de uniformes, não tinha meios, nem habitações para ir para Maputo e apresentar-se de forma decente. Eram guerrilheiros que viviam, com pouquíssimo e se arranjavam no mato. Não podiam ir a Maputo da noite para o dia, sem uma necessária preparação material.

Como a data de 1 de Outubro se aproxima, há um segundo encontro que mais do que o primeiro, era devido a uma iniciativa de Chissano, que organiza um *tête-à-tête* com Dhlakama em Gaborone. Estamos em 18-19 de Setembro, faltam menos de duas semanas para a data final das negociações, nada está comprometido certamente. Porém os mediadores avisam as partes que ainda resta muito por fazer que o trabalho é muito e quer Chissano quer Dhlakama sabem bem que são eles os dois a ter que dar a autorização para as assinaturas finais, nos vários documentos das decisões finais.

P: O que destacaria sobre a reunião em Gaborone?

MR: A decisão de ir a Gaborone é do presidente Masire²⁴, do Botswana, mas está também Mugabe e Chissano. Em Gaborone aparentemente está um Dhlakama que cede em toda a linha, o que é muito estranho. Chissano diz que todos os pontos controversos estão resolvidos, mas um dia depois de Gaborone, Dhlakama afirma exactamente o contrário, na Gorongosa, que nada está resolvido. O que parece que tenha acontecido em Gaborone: há um clima de *fair play*, Chissano muito amável com Dhlakama, com os outros presidentes presentes, Dhlakama é cortês, parece que em palavras, se tenha alcançado um acordo completo. Mas não existe nenhum documento, não há nada escrito, não há nenhuma declaração de compromisso real

²⁴ **Quett Ketumile Joni Masire** (23 de Julho de 1925, Kanye - Gaborone, 22 de Junho de 2017) professor e político, foi presidente de Botswana entre 1980 e 1998, ano em que renunciou e foi substituído por seu vice, Festus Mogae.

sobre os pontos concretos. Em Gaborone existe apenas uma espécie de entendimento amigável, de clima cordial.

Aos negociadores em Roma não chega nada de concreto, senão a mensagem que os dois presidentes estiveram bem um com o outro. Mas, um ou dois dias depois, a partir de Gorongosa, Dhlakama afirma: não assinámos nada e em Roma os documentos devem ser aperfeiçoados.

Em Roma continua-se a trabalhar, mas a data de 1 de Outubro aproxima-se e o risco é que não se consiga respeitá-la. O que fazem então os negociadores? Pedem a Dhlakama e Chissano para irem a Roma, arregaçarem as mangas e encontrarem acordos de forma mais pormenorizada, jurídica, política, de compromisso.

Finalmente, no final de Setembro, Dhlakama aceita e vai a Roma, penso que sempre com o aerotáxi de Tiny Rowland, que sempre teve interesse que a guerra não danificasse as suas iniciativas económicas em Moçambique e, portanto, mantinha boas relações com a RENAMO. Também Chissano vai a Roma, mas chegam também muitos outros, vários presidentes africanos, vice-presidentes, autoridades das Nações Unidas e representantes de todos os países. Eram muitos já que acompanhavam as negociações, com o papel de facilitadores externos e a diplomacia americana com um vice-ministro. Eram franceses, portugueses, ingleses, russos; todos estão em Roma com a ideia de colocar o seu testemunho internacional à assinatura da paz, de forma a tornar mais comprometedor esta paz para os dois signatários.

Claro que um acordo de paz assinado, não num sítio longínquo e escondido, mas assinado perante as televisões de todo o mundo, perante muitos presidentes e perante as Nações Unidas, tinha maior valor simbólico, de compromisso para os dois presidentes. Dhlakama pensará muitas vezes nesta cerimónia antes de rasgar, se entender rasgar, este documento e voltar à guerra e igualmente a FRELIMO antes de transgredir estes acordos, se alguma vez entender transgredi-los. Esta a ideia de muitos a começar por Mugabe que está em Roma já há muitos dias para participar com a sua presença neste acordo. Também o Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Emílio Colombo²⁵, neste momento acompanha de perto os acordos e depois será o patrono da cerimónia da assinatura, a 4 de Outubro.

Mas assinatura ainda não está e estamos num momento crucial, quando ainda estão em aberto muitas questões, já não as militares que estão fechadas, mas aquelas das garantias, do controlo dos territórios sob a gestão da RENAMO. De facto, é claro que a 1 de Outubro não pode ser assinada a paz, mas aposta-se em 4 de Outubro e conseguir-se-á respeitar esta data, mesmo que deslocada em poucas horas. Trabalha-se dia e noite. Lembro-me que ninguém já dormia: trabalhava-se dia e noite durante $\frac{3}{4}$ dias. Várias vezes me perguntei como conseguiam os negociadores não dormir, mas talvez dormissem uma meia horita durante uma breve pausa. Mas, de facto, não se dormiu mais, por $\frac{3}{4}$ dias.

Na noite de 3 de Outubro, grosso modo o acordo tinha sido alcançado, restava aperfeiçoar alguns pontos, algumas frases nos documentos, para depois se assinar

²⁵ **Emilio Colombo** (11 de Abril de 1920 - 24 de Junho de 2013) foi um político italiano e primeiro-ministro da Itália de 1970 a 1972. Além de ter ocupado cargos de primeiro escalão nos governos italianos, entre eles o de Ministro de Negócios Estrangeiros, também foi presidente do Parlamento Europeu. Em 2003 ele foi nomeado para ser um senador italiano vitalício, um assento que ele manteve até sua morte.

tudo a 4 de Outubro de manhã. A presença em Roma de Chissano e Dhlakama é fundamental nestes últimos dias, porque nada se pode fazer sem o seu consenso. No final chega-se a um acordo sobre um pouco de tudo. São momentos também difíceis porque sobretudo o último ponto em discussão, o controlo sobre os territórios do Centro de Moçambique para o período de transição até às eleições. A FRELIMO não quer ceder, mas no final chega-se também a um compromisso sobre este ponto. Mugabe está convencido que não se chega a acordo, já está a preparar as malas e já tem reservado a partida para regressar ao Zimbabwe. No último minuto é-lhe dito: “O acordo já está... fica aqui” e Mugabe desfaz as malas e fica. A 4 de Outubro finalmente tem lugar a assinatura.

P: Pode explicar-nos porque considerou no seu livro que a paz em Moçambique foi alcançada principalmente graças a uma mediação singular?

MR: Penso que nenhum acordo de paz pode ser perfeito, porque para fazer acordos perfeitos só com uma bola de cristal para prever o futuro e saber o comportamento dos homens no futuro. É impossível, seria necessário ser Deus para ter a capacidade de prever o futuro. Porém o acordo de Roma era um acordo muito bom, muito pensado, muito ponderado, muito discutido. Os documentos eram articulados, feitos com o contributo de centenas de peritos jurídicos, políticos e militares.

Temos uma comparação com o processo de paz de Angola, que tinha sido alcançado de forma muito rápida, com a intervenção dos Estados Unidos e de Portugal e que acabou num desastre, mesmo no final de Setembro de '92.

Nos dias anteriores à assinatura do acordo de paz de Moçambique, tinha havido em Angola o momento conclusivo deste processo de paz com as eleições, que acabaram numa derrota da UNITA²⁶ de Savimbi²⁷, com um massacre de milhares de apoiantes da UNITA em Luanda e a retomada dramática da guerra civil em Angola.

O processo de paz paralelo, em Angola, tinha sido muito rápido e muitos comentaram: “Olhem para Moçambique como foram devagar e pelo contrário em Angola foi feito tudo muito bem e rapidamente”. O processo de paz faliu, porque eram acordos não bem ponderados. Em Angola, por exemplo, não tinha sido feita a reunificação das forças militares, este é um ponto-chave: qualquer fosse o resultado das eleições em Moçambique, nenhuma das duas partes podia massacrar a outra, ou retomar a guerra civil e combater contra a outra, porque o exército estava unificado, portanto teria falhado a substância para retomar o combate. Pelo contrário em Angola, as duas partes tinha mantido os armamentos e as próprias forças militares.

O acordo em Moçambique foi um acordo muito aprofundado, muito articulado, muito vinculador para as partes. Também o facto de dar às Nações Unidas poderes notáveis na fase de transição, esta internacionalização foi importante como garantia de paz. O facto de haver milhares de capacetes azuis das Nações Unidas em Moçambique como *peace keeping* era um ponto muito importante dos acordos de paz. Portanto, o acordo foi muito bom. Basta olhar os vários documentos, quase umas

²⁶ UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola, é um partido angolano, fundado em 1966, por dissidentes da FNLA e do GRAE (Governo de Resistência de Angola no Exílio), de que Jonas Savimbi, fundador da UNITA, era Ministro das Relações Exteriores.

²⁷ Jonas Malheiro Savimbi (Munhango, Bié, 03 de Agosto de 1934 — Lucusse, Moxico, 22 de Fevereiro de 2002) foi um político e guerrilheiro angolano e líder da UNITA durante mais de trinta anos.

centenas de páginas de detalhes daquilo que deveria ser o período transitório. Talvez se houvesse uma bola de cristal poder-se-ia prever o ponto que, segundo a minha opinião, poderia ser a origem das turbulências actuais.

No ordenamento político moçambicano deixou-se uma abordagem centralista e isto não é uma falha, foi uma opção legítima de ambas as partes. A democracia não é nem centralizada nem descentralizada, a democracia pode existir seja com o centralismo, seja com um sistema político de forte descentralização, de federalismo. Temos na Europa países muito centralistas como a França e países que não são centralistas como a Alemanha, mas ambos são democráticos. As duas forças políticas das negociações, FRELIMO e RENAMO, optaram, de facto, por um ordenamento político centralista, porque o escolheram, justamente porque ambos pensavam em ganhar, ambos pensavam representar a maioria do país.

A RENAMO pensava ganhar as eleições, a FRELIMO igualmente pensava ganhar as eleições e ambas raciocinavam com a ideia: “*Quem ganha, fica com tudo*”. Nenhum dos dois pensava ficar na oposição e, portanto, ambos aceitavam uma Constituição centralista que depois seria mantida em Moçambique nos anos seguintes.

Naturalmente, acontece que quem perdeu, perdeu tudo, porque com o centralismo não existe aquela espécie de compensação que é dada às oposições que é a administração dos territórios onde tem maioria e, portanto, não existe partilha do poder.

Era necessário que os acordos de paz previssem isto? Eu não acho, porque esta não era a vontade das duas partes. Certamente isto levou também às turbulências de hoje, porque se a RENAMO nos anos subsequentes tivesse tido uma compensação, não apenas os seus parlamentares pagos com salários e, portanto, com uma garantia de boa vida material, mas tivesse tido também uma administração do território onde, objectivamente, tinha uma larga maioria de votos, talvez a RENAMO se pudesse manter na oposição, sem as frustrações que ao longo do tempo alimentou e levaram às turbulências actuais.

Talvez não seja essa a única razão, mas não entro nisto, porque não é tema do meu contributo hoje. Existem talvez causas mais complexas dos problemas actuais, sobre os quais não quero entrar, mas certamente é preciso perguntar se os acordos de paz poderiam prever também os desenvolvimentos políticos sucessivos ao pormenor. Eu penso que isto não era possível. Os mediadores não tinham a faculdade de ser mágicos, adivinhos e repito, as duas partes queriam uma abordagem centralista da política moçambicana.

Penso que estava implícito nos acordos de paz a transformação da RENAMO em partido político, de outra forma não seria possível assinar a paz. Se a RENAMO ficasse uma entidade militar, não tinha interesse na paz. Por outro lado, a FRELIMO não poderia derrotá-la, porque a guerra estava numa situação de impasse, nenhum dos dois ganhava, o governo não podia pensar em ganhar. Era interesse do governo que a RENAMO se transformasse em partido político o que significava, antes de mais, que nas negociações a delegação da RENAMO tinha de parar de pensar militarmente e começar a pensar politicamente.

Portanto, nos vinte e sete meses das negociações fez-se uma espécie de educação política da RENAMO. Penso que esta educação foi boa. É preciso dizer que o chefe da

delegação, Raul Domingos era uma pessoa com atitude política, no sentido positivo, compreendia os problemas políticos e sabia ser dialético, não se opunha com argumentos dogmáticos, era pragmático. Naturalmente a RENAMO evoluiu, a FRELIMO já era, plenamente, uma entidade política, não precisava disto.

Porém, a FRELIMO precisava perceber a necessidade de que a RENAMO se transformasse em partido político, facto que não era banal, porque durante toda a década de 80, a FRELIMO queria travar isso, queria anular a RENAMO também no plano político. Portanto, teve que “engolir o sapo” e aceitar isso. Não era, portanto, um dado adquirido. A ideia da FRELIMO era que a RENAMO se dissolvesse, desaparecesse.

P: Os resultados das eleições o surpreenderam? Porquê?

MR: Não imaginava quem ganhasse, porque era difícil imaginar, pois não havia nenhum tipo de precedente a nível de eleições locais multipartidárias. Portanto, o resultado não tinha prognósticos. De facto, não houve uma grande distância entre FRELIMO e RENAMO a nível de partido. Houve maior distância a nível da eleição presidencial, entre Chissano e Dhlakama. Mas a nível de partido não houve, parece-me, uma grande distância, foram 44% / 38%, mais ou menos e isso foi o espelho, grosso modo, do facto de que o Sul votava na FRELIMO, o Centro votava na RENAMO, o Norte era um pouco dividido entre as duas partes e, portanto, esperava-se uma certa proximidade eleitoral.²⁸

As negociações duraram vinte e sete meses. Podemos perguntar se foi demasiado, ou pouco tempo. Enquanto se negociava em Roma todos diziam que havia pressa, que era preciso concluir, a imprensa internacional afirmava: “Prolonga-se demais”. Depois, alguém teria dito que foi muito curto o tempo. É difícil dizer qual deveria ser a duração de uma negociação. As negociações consideram-se concluídas, quando as duas partes de mediadores pensam que o acordo esteja suficientemente sólido e que haja uma base para uma vida pacífica do país em conflito.

Se quisermos fazer uma comparação, podemos dizer que foram negociações bastante longas em comparação a outras, repito, as paralelas de Angola que duraram pouquíssimas semanas e muitas outras negociações são feitas com poucos encontros, com rondas muito breves e muitas vezes com elementos de pressão que são, por exemplo, a participação de uma grande potência, uma ameaça militar, ou com pressão económico-financeira, dá-se dinheiro às partes a fim de aceitarem a paz.

As negociações de Moçambique não tinham estes meios de pressão, nem militares, nem económicos. Não se prometia um paraíso às partes para o período posterior, mas apenas uma liberdade de concorrer nas eleições e isto foi, acho, um elemento positivo da negociação, porque responsabilizou as partes que tinham de estar convictas

²⁸ As Eleições Gerais de 1994 foram as primeiras eleições multipartidárias realizadas em Moçambique, na sequência do Acordo Geral de Paz assinado em Roma em 1992. Elas tiveram lugar entre 27 e 29 de Outubro de 1994 para elegerem o Presidente da República e a Assembleia da República. Um total de 6.148.842 eleitores foi recenseado e destes uns maciços 87,9% votaram. Como resultado, o incumbente presidente Joaquim Chissano (e presidente do partido FRELIMO) foi reeleito logo à primeira volta com 53,3% dos votos, distante do principal concorrente, o dirigente do partido RENAMO, Afonso Dhlakama com 33,7% e 13% foram divididos entre os restantes 10 candidatos. O resultado foi mais equilibrado nas eleições legislativas, onde o partido FRELIMO conseguiu a maioria absoluta dos membros (129 entre 250) com 44,3% dos votos. A RENAMO conseguiu 112 lugares com 37,8% dos votos e o único outro partido representado foi a União Democrática com 9 lugares.

daquilo que estavam a fazer e não compradas pelo dinheiro, ou por ameaças militares e induzidas a fazer coisas contra a sua vontade.

A FRELIMO e a RENAMO assinaram a paz em plena consciência, em liberdade, sem serem forçadas, nem compradas.

O único tipo de pressão que foi exercido nos dois protagonistas das negociações veio da opinião pública em várias formas, comunicados das grandes potências, da União Europeia, dos vários governos que aplaudiam a cada passo face à negociação, ou lamentavam o impasse, quando havia. Depois a pressão da comunicação social, dos jornais que registavam o que ia acontecendo, exigindo às partes a seguirem em frente. Depois apelos que vinham das campanhas de cartas, de postais, de petições, feitas em todo o mundo e particularmente em Moçambique, nas várias partes de Moçambique. Dezenas e centenas de milhares de pessoas enviaram cartas com apelos. Isto, a meio das negociações, foi lançado na mesa das negociações e as partes podiam ver como o povo moçambicano e também outros povos solidários com o moçambicano, pediam o fim da guerra.

Há episódios comoventes, por exemplo, a um certo ponto através da lista das petições de paz, Raul Domingos encontrou a assinatura do pai dele, que era membro de uma paróquia católica de Beira, que participou ao apelo feito por esta paróquia pela paz, que chegou a Roma. Domingos há anos que não via, não comunicava com o pai e encontrou esta assinatura paterna. Penso, que também outros membros das delegações tenham encontrado nas petições assinaturas de pessoas que conheciam directamente e isto não deve tê-los deixados indiferentes.

P: Como explicaria as recentes tensões entre o governo de Moçambique e a RENAMO?

MR: A situação mudou muito. Há vinte e cinco anos, estávamos aqui a discutir. Moçambique era um país devastado, era um dos países mais pobres do mundo, não tinha perspectivas económicas. Hoje, em algumas partes, é um país rico, com um desenvolvimento económico muito grande, neste último quarto de século.

A situação política também mudou: a RENAMO já não é mais a RENAMO de antigamente, a FRELIMO já não é a FRELIMO de antigamente. Existem outros partidos, tudo é muito diferente.

O que fica do espírito de Roma, das negociações, hoje na vida Moçambique? Diria, antes de mais, fica um esqueleto de sistema político que advém das negociações romanas que é, justamente, uma abordagem, não um detalhe de cada coisa. Muitas coisas mudaram, porque a História não passa em vão. De Roma vem sobretudo o espírito, um espírito de linguagem comum, de diálogo, de primazia da política sobre o militar, sobre a violência, sobre a força. Isto durou um quarto de século o que não é pouco, mesmo se hoje ainda existem turbulências, nesta que é chamada “guerra pequena”.

Em Roma as duas partes tinham aprendido uma linguagem comum, não posso falar de confiança. Não é que Guebuza e Domingos pensavam em casar, ou cruzar as suas famílias, seria demasiado. Porém, em Roma, houve um entendimento, um reconhecimento, como membros da mesma família moçambicana. Antes, uns e outros não se reconheciam como moçambicanos, mas como intrusos, com elementos de

forças externas: para a RENAMO, a FRELIMO eram uns agentes soviéticos e para a FRELIMO, a RENAMO eram bonecos do colonialismo português ou do *apartheid* sul-africano. Tudo isto mudou. Agora podem falar entre moçambicanos e já não é o clima de há trinta anos.

As negociações deram um código de relacionamento entre as partes e a ideia que é possível encontrarem-se e resolver os contenciosos de forma cívica. Foi a aprendizagem da política para a RENAMO. Para a FRELIMO foi também o regresso à política que conhecia bem, mas que durante um longo período já não a considerava.

A política mudou: a RENAMO de hoje já não é a de antigamente. Domingos, por exemplo, que foi protagonista da paz, há muitos anos foi expulso da RENAMO, já não é membro. Muitos homens mudaram, já não está Chissano como contraparte. Dhlakama permanece ainda como chefe da RENAMO, mas muitas coisas mudaram. Moçambique de hoje não é, de forma nenhuma, o Moçambique de há vinte e cinco anos, do ponto de vista económico, administrativo, da cultura, da demografia. Há muitos moçambicanos que não conheceram a guerra. A juventude da população moçambicana, que é uma componente maioritária da população não sabe o que foi esta guerra civil, porque não a viveu pessoalmente. Portanto, tudo isto cria um estado de alma diferente.

P.: Tem alguma história por contar que gostaria de partilhar connosco?

MR: Nestas negociações existem também momentos, não digo semi-sérios, mas momentos que requeriam encontrar soluções inéditas. Por exemplo, o primeiro encontro a sós entre Guebuza e Domingos, na segunda ronda, no Verão de '90 num lugar fora de Roma, um vilarejo de nome Rocca di Papa, onde eles se encontraram numa vivenda e comeram juntos. Então, houve muitos cuidados, mesmo na ementa, no cerimonial, para que tudo fosse rigorosamente igual tanto para um, como para o outro e ninguém se sentisse inferior, desde como preparar a mesa, à ementa que, por exemplo, previa dois peixes inteiros, cada um com a sua cabeça, para que ninguém pensasse: "*Ele tem a cabeça e eu não... Ele mais e eu menos*". Muitas coisas assim, simples, que têm o seu próprio significado no protocolo.

Lembro-me ainda de episódios bizarros, como a passagem de helicópteros, aqui em Roma. Às vezes a polícia usa os helicópteros para controlar o tráfico, para ter informações. Quando passava um helicóptero aqui no Gianicolo²⁹, no começo, os membros da RENAMO ficavam assustados, porque era a psicologia do guerrilheiro no mato que sente algo no ar e pensa na aviação, nos helicópteros do governo. Então, logo havia a ideia de protegerem-se, de esconderem-se. Para europeus com paz desde sempre, parecia um pouco bizarro.

Um momento importante foi o começo, o encontro, pois anteriormente, nem em Nairobi se tinham encontrado a RENAMO e a FRELIMO, com os seus representantes. O que se temia era que Guebuza e Domingos não se quisessem cumprimentar, não quisessem reconhecer-se como pessoas, mas pelo contrário, quando se aproximaram, apertaram as mãos e Domingos disse ao Guebuza: "*Senhor Ministro...*" e isto amenizou o ambiente tenso, era inesperado, era um momento muito temido. Não era obrigatório que apertassem as mãos, mas o fizeram. Isto foi uma abertura das

²⁹ O Gianicolo ou Janículo é uma das colinas de Roma onde é possível ver a cidade do alto. Lá ficam as estátuas de Giuseppe e Anita Garibaldi.

negociações, semelhante ao derreter do gelo, porque no fundo para Guebuza, Domingos era um bandido armado e o outro era um usurpador do poder. Portanto, não era um dado adquirido, não era necessário que sorrissem um para o outro, que se abraçassem, ainda menos. Mas, pelo menos, se cumprimentassem. Fizeram-no, de forma digna e, portanto, isto conduziu para uma reconciliação.

Um episódio que me impressionou foi quando recebi o arcebispo Gonçalves, antes das negociações. Foi o encontro na Gorongosa com Dhlakama, a maneira como este encontro aconteceu. Tudo tinha sido pensado, planeado, através dos contactos conseguidos pela Sant' Egidio com a RENAMO em Portugal, com um representante da RENAMO que se chamava Fonseca e que se encontrava em Lisboa. Mas não estavam muito certos da representatividade deste Fonseca, porque a RENAMO era misteriosa, tinha representantes também na Bavária, Alemanha, e nos Estados Unidos. Todos alegavam ser os verdadeiros representantes da RENAMO no exterior. Não era claro quem valia mais. Então, o contacto que tinham Sant' Egidio e Gonçalves que trabalhava com a Sant' Egidio era Fonseca que também era indicado como o mais credenciado, por outras fontes.

De facto, através destes contactos, organizou-se um encontro entre Gonçalves e Dhlakama, o primeiro encontro, penso, não estou certo, que teve lugar antes de Nairobi, talvez em '87 ou '88. Gonçalves tinha muito medo e pode-se entender, porque tinha de ir à África do Sul e apanhar um avião misterioso, para ser levado por um intermediário misterioso até ao mato da Gorongosa, com uma escala provavelmente, num outro aeroporto, não declarado. A viagem foi algo muito aventureiro e Gonçalves que não sabia o risco que corria, nas mãos de quem estaria, vestiu a batina de bispo, com capa e faixa vermelhas, como se fosse para uma cerimónia solene, porque afirmou: *“Assim, se eu morrer todos me reconhecem, quando acharem o meu corpo, saberão quem sou”*. Antes de viajar foi confessar-se como se estivesse no fim da vida. Viajaria num avião desconhecido, sem saber bem para onde seria levado e por quem. Depois contou-me que aterrou na Gorongosa, de noite, no mato. De repente, apareceu uma fila de tochas que marcavam a pista e o pequeno avião aterrou. Passou a noite, penso, a conversar com Dhlakama. No dia seguinte teve de viajar de novo. Uma coisa muito clandestina por exigências militares.

Por que foi Gonçalves encontrar Dhlakama e não um romano de Sant' Egidio ou outras pessoas? Porque Gonçalves tinha uma afinidade etnolinguística com Dhlakama pela origem comum no Centro de Moçambique e tinham origem religiosa semelhante, pois a origem do grupo étnico moçambicano era em parte católico. Gonçalves tinha tido problemas com a FRELIMO, pode-se imaginar... era considerado pela RENAMO como um opositor ao governo. Mais do que opositor, digamos, que Gonçalves sofreu, foi preso logo a seguir à independência quando o governo de Maputo perseguia a Igreja Católica, tinha feito as nacionalizações, preso pessoas. Sabemos que Samora Machel tinha insultado os bispos chamando-os *“macacos”* publicamente. Esta era uma história passada, tinha havido uma reconciliação entre Estado e Igreja mas todos os elementos levavam a pensar que Gonçalves seria aceite por Dhlakama, mas lembro-me deste medo de Gonçalves em fazer esta missão, mas ele pensava que era necessária pela paz.

Na fase imediatamente seguinte aos acordos de paz, houve a formação de um exército comum, e foi muito complicado. A dificuldade era devida à lentidão com que as

estruturas das Nações Unidas operavam esta montagem. Havia escassez de oficiais de Moçambique que fizessem isto. No final, foi feito, não com 30.000 homens, porque na realidade a RENAMO tinha menos pessoal daquele que se pensava, não tinha 15.000 homens para formar um exército de 30.000, tinha menos. Temos de dizer que também o exército governamental não era aquela força que vinha sendo declarada, porque o exército tinha 50.000 homens, mas os operacionais militares, que podiam combater, eram cerca de 5.000/6.000. Portanto, também aí houve um excesso. Havia um número exagerado de homens que não eram de facto operacionais. Enquanto por parte da RENAMO o número declarado talvez fosse inferior, mas os homens da RENAMO eram todos operacionais.

A seguir a formação foi feita naturalmente. Havia quem não estivesse contente, quem dissesse: *“Esta patente não corresponde à que tinha antes”*. Sobre esses assuntos nunca é fácil respeitar totalmente a vontade de todos. Talvez todos quisessem tornar-se oficiais, mas isto não era possível. Nos exércitos, os oficiais não devem ser a maioria do pessoal. O que aconteceu a seguir, eu não sei, só sei o que aconteceu lá naquele momento, grosso modo. Fez-se a união, talvez não se tenha alcançado a perfeição. Havia polémica entre as Nações Unidas e os oficiais de ambas as partes. Mas os dois exércitos fundiram-se e a RENAMO não teve a tentação de regressar às armas, depois de ter perdido as eleições, como aconteceu com a UNITA, em Angola.

P: O que pode dizer-nos sobre a participação portuguesa na mesa de negociações?

MR: O papel desempenhado por Portugal nas negociações foi duplo, porque na política portuguesa havia duas tendências, uma para ajudar o sucesso das negociações e Roma, penso, por exemplo, em Mário Soares³⁰, muito leal para com as negociações romanas, ou alguns diplomatas portugueses, lembro-me de Sennfelt³¹, por exemplo, que estava aqui como representante do governo, como observador, sobretudo na segunda fase das negociações, que apoiava os esforços dos mediadores de forma leal e construtiva.

Mas havia outras forças políticas em Lisboa que eram ciumentas, pelo facto das negociações terem lugar na Itália, sob a égide duma comunidade cristã como a Sant' Egidio e do governo italiano, representado nas negociações pelo vice-ministro Raffaelli. Estes ambientes que eram ciumentos tentavam dizer às partes: *“Olhem que em Roma tudo vai demasiado devagar, encontrem melhores soluções e venham a Lisboa, mudem as negociações entre vocês os dois em Lisboa”*. Isto era a outra face da política portuguesa sobre as negociações em Roma.

Portanto, o papel de Portugal era diferente consoante as personagens, consoante as tendências. Os mediadores tentaram desde o início ter uma boa relação com o governo de Lisboa, sabendo que Lisboa tinha um relacionamento preferencial, sentimental e

³⁰ **Mário Alberto Nobre Lopes Soares** (Lisboa, 7 de Dezembro de 1924 – Lisboa, 7 de Janeiro de 2017) foi um político português, co-fundador do Partido Socialista, sendo ainda Ministro de alguns dos governos provisórios a seguir à Revolução de Abril. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros, de Maio de 1974 a Março de 1975, em Portugal e um dos impulsionadores da independência das colónias portuguesas, tendo sido responsável por parte desse processo. Foi Primeiro-Ministro dos I, II e IX governos constitucionais. Foi Presidente da República durante dois mandatos, entre 1986 e 1996.

³¹ **António António Luís da Silva Sennfelt** – Formado em Letras Germânicas, foi Cônsul Geral de Portugal em Moçambique. O diplomata português chefiou a delegação portuguesa nas negociações do Acordo Geral de Paz de Moçambique. Foi assessor diplomático do presidente português durante três anos e desempenhou, até ser nomeado embaixador em Maputo, o cargo de cônsul-geral de Portugal em Londres.

especial com Moçambique. Tentavam mantê-los informados e puxá-los um pouco para dentro das negociações, como aconteceu, dando-lhes o papel de observadores.

Houve também um episódio muito bizarro de um Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, que se chamava De Michelis³², que era desinformado. Houve uma mudança de governo na Itália e anteriormente o Ministro dos Negócios Estrangeiros era Giulio Andreotti, que depois foi nomeado Primeiro-ministro. Andreotti tinha acompanhado a questão de Moçambique que conhecia muito bem. Andreotti sempre fora uma pessoa muito informada, tecnicamente muito preparado sobre dossiês que acompanhava. Andreotti conhecia bem o papel de Itália, e de Sant' Egidio. Michelis disse: *“Itália está pronta para hospedar as negociações de paz de Moçambique”*. Mas as negociações já estavam a decorrer e já Itália estava envolvida como mediadora e a coisa surpreendeu muito as duas delegações, pensaram que havia algo de surreal, uma vez que o governo italiano era já mediador.

Então, os quatro mediadores tiveram que assegurar às duas delegações que, na realidade, o governo italiano estava totalmente envolvido nas negociações e tiveram que o dizer internacionalmente, pois De Michelis tinha feito essa declaração dirigindo-se aos políticos portugueses e em Portugal. Pensou-se que a Itália estava a querer sair das negociações e, portanto, tinha chegado a vez de Portugal hospedar as negociações, de serem os mediadores. Explicou-se aos portugueses e às delegações que nada tinha mudado. As delegações foram levadas até ao primeiro-ministro Andreotti que reiterou às delegações que Itália era a mediadora das negociações e praticamente desmentiu as declarações feitas pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros. Andreotti era o chefe de De Michelis como Primeiro-ministro. Toda esta pequena tempestade esmoreceu em poucos dias. Se Itália se tivesse posto de lado, é claro que as negociações teriam mudado provavelmente para Lisboa, mas tudo teria que recomeçar de novo, a agenda das negociações seria perturbada, bem como a atmosfera do diálogo que havia.

³² **Gianni De Michelis** (Veneza, 26 de Novembro de 1940 - 11 de Maio de 2019) foi um político italiano. Já no Partido Socialista Italiano da década de 1960, depois Secretário Nacional do Novo PSI (2001-2007), ele se juntou ao Constituinte do PSI e ao projecto de Stefania Craxi, chamado *Reformistas Italianos*. A sua actividade governamental começou como conselheiro de planeamento urbano na cidade de Veneza (1964); Foi deputado da Câmara (de 1976 a 1994), Ministro das Participações do Estado (1980-1983), Ministro do Trabalho e Segurança Social (1983-1987), Vice-Presidente do Conselho de Ministros (1988-1989) e, finalmente, Ministro dos Negócios Estrangeiros (de 1989 a 1992).